



USO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA AVALIAÇÃO DA DINÂMICA PESQUEIRA NA REGIÃO CENTRAL DA BACIA DO RIO ARAGUARI, AMAPÁ

Rafael Ferreira Moreira ¹

Claudia Funi ²; Claudia Regina da Silva ³

¹ONG Conservação Internacional r.moreira@conservacao.org

²Secretaria de Estado do Meio Ambiente Amapá

³ Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)

INTRODUÇÃO

A etnobiologia é o estudo do conhecimento que as comunidades humanas possuem acerca dos recursos naturais e ecossistemas dos quais dependem para as suas atividades, comerciais ou de subsistência. (SILVANO 2004). De acordo com Marques (2001) sua ênfase deve ser na diversidade biocultural e o seu objetivo principal na integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico. A etnoictiologia, ramo da etnobiologia, trata das interações e inter-relações que os grupos humanos estabelecem com os peixes, podendo fornecer novas informações e diretrizes para pesquisa, além de auxiliar no desenvolvimento de medidas de manejo da pesca condizentes com a realidade dos pescadores (SILVANO 2004).

Na região amazônica, a pesca apresenta grande importância socioeconômica em função principalmente do grande potencial pesqueiro existente e da relação de dependência das comunidades tradicionais por esta atividade (VIEIRA 2002).

O estado mais bem protegido na faixa tropical, o Amapá, área deste estudo, conta com 72% do seu território em áreas protegidas, contando com 12 unidades de conservação e 5 terras indígenas que integram o conjunto do Corredor de Biodiversidade do Amapá, criado em 2003, cuja principal função é garantir a manutenção das espécies e dos processos evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional diversificada e resiliente, baseada em atividades econômicas sustentáveis (SILVA, 2007).

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é mapear, através do conhecimento tradicional, aspectos como área de uso, abundância de recurso pesqueiro, período e locais de reprodução e influência de pluviosidade a fim de gerar subsídios para discussão do período de defeso na área de estudo.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo inicia na sede do município de Porto Grande e segue a montante do rio Araguari, abrangendo as subbacias dos rios Mururé, Itajauí, Mutum e Falsino e do igarapé João de Souza. Abrange 15.189,11 km², e corresponde a 36,24% da bacia do Rio Araguari. Na época em que o estudo foi realizado, a pesca era permitida em 9,34% da área, situada na porção sul, abrangendo os afluentes do rio Araguari, desde a sede de Porto Grande até a foz do rio Falsino. A partir deste ponto, a pesca era permitida apenas no rio Araguari e nos afluentes de sua margem direita, até a confluência deste rio com o rio Mutum. As outras áreas (90,66%), a pesca estava limitada devido as UCs estabelecidas.

Foi realizada no município de Porto Grande, Amapá, uma oficina contando com aproximadamente 40 participantes, entre pesquisadores, pescadores filiados à Colônia de Pesca Z - 16, pescadores não filiados à Colônia, moradores de Porto Grande e entorno que praticam a pesca de subsistência. Foram utilizados mapas

com hidrografia da área de entorno de Porto Grande e entorno, na escala 1:100.000, plotados em tamanho A1. Sobre os mesmos, com as informações dos pescadores, foram delimitadas áreas de uso dos pescadores antes e após a criação da Floresta Nacional do Amapá, Floresta Estadual do Amapá e do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, na bacia do rio Araguari. Para os rios utilizados pelos pescadores, foram colhidas informações sobre abundância de recurso pesqueiro ao longo da área de uso, período e locais de reprodução. Após cumprida esta etapa, elaborou - se um calendário sazonal cujo eixo y corresponde às espécies de peixes frequentemente pescados, categorizadas em comercial e para consumo, e o eixo x corresponde aos doze meses do ano divididos em quinzenas. Identificou - se, portanto, o período de reprodução destes peixes, possibilitando a comparação dos dados com o período de defeso regulamentado por lei.

RESULTADOS

RESULTADOS

De acordo com os registros, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque abrange o maior número de rios identificados com alta abundância de peixes, assim como os rios Falsino e Mutum. Os igarapés no interior da Floresta Nacional do Amapá foram identificados com média abundância sendo que apenas o Igarapé do Capivara, devido à atividades garimpeiras e suas conseqüências, foi classificado com abundância de pescado muito baixa. Os rios e igarapés contidos na Floresta Estadual do Amapá apresentaram baixa e média abundância. Na área permitida para pesca predomina regiões de baixa abundância. Apenas o rio Araguari, a montante da confluência com o Igarapé Santo Antônio, é considerado como tendo alta incidência de peixes.

Foram listadas 29 espécies de peixes de uso direto pelos pescadores, sendo 12 espécies para consumo próprio (apenas uma contemplada pelo defeso legal), 11 de valor comercial (apenas duas contempladas pelo defeso legal) e 6 sem informações sobre valor comercial. Em relação ao período de desova e o legalmente constituído, nenhuma das cinco espécies listadas apresentou compatibilidade, ocorrendo variações de uma a duas quinzenas.

DISCUSSÃO

A definição do defeso na bacia do rio Araguari, definida

na Portaria nº48, de 05 de novembro de 2007 é baseada na época reprodutiva dos peixes dos estados do Amazonas e Pará delimitada entre 15/11 e 15/03, relacionados à bacia do rio Amazonas. No entanto, para todas as espécies importantes na pesca artesanal da Bacia do rio Araguari como, por exemplo, o pacu branco e pacu cumaru, o relato dos participantes deste estudo infere que sua principal época de desova se estende até a segunda quinzena de março.

CONCLUSÃO

Nesta reunião os pescadores explicitaram suas dificuldades em relação à má definição da época do defeso na região centro norte da bacia do rio Araguari. A data do defeso e a época de reprodução dos peixes apresentam incompatibilidades entre seu início fim o que pode influenciar tanto na reprodução e, conseqüentemente, no estoque pesqueiro quanto na economia local.

Salientamos a necessidade de mais estudos que possibilitem a inferência a respeito de impactos socioambientais relacionados à incompatibilidade entre o período de reprodução dos peixes e o defeso legalmente constituído.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº48, de 05 de novembro de 2007. Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, nos rios da Ilha do Marajó, e na bacia hidrográfica dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaçã no Estado do Amapá. Brasília: Diário Oficial da União.
- MARQUES, J. G. W. 2001. Pescando Pescadores. Ciência e Etnociência em uma perspectiva ecológica. 22 ed. São Paulo: NUPAUB /USP.
- SILVANO, R. A. M. 2002. Pesca Artesanal e Etnoictiologia. IN: Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. BEGOSSI, Alpina (org.). São Paulo: UNICAMP: NUPAUB/USP.
- VIEIRA, I. M. 2002. Gestão de Recursos Pesqueiros. IN: Sustentabilidade e Gestão Ambiental no Amapá. Saberes Tucujus. CHAGAS, Marco Antonio (org.). Macapá: SEMA.
- SILVA, J. M. C. 2007. Corredor de biodiversidade do Amapá. Belém: CI - Brasil. 54p.